

RELATÓRIO DE GESTÃO E DE ACOMPANHAMENTO DO PROGRAMA DE AJUSTAMENTO MUNICIPAL

2024



RELATÓRIO DE GESTÃO

A reforma da contabilidade e das contas públicas visa colmatar um conjunto de fragilidades do anterior modelo. A publicação do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro e da nova Lei do Enquadramento Orçamental (LEO), aprovada pela Lei n.º 151/2015, de 11 de setembro, iniciam a reforma da gestão pública.

2

O novo SNC-AP visa a harmonização contabilística, fomentando o alinhamento entre a contabilidade pública e as contas nacionais, uniformizando procedimentos, melhorando a transparência das contas públicas, contribuindo assim para a satisfação das necessidades dos utilizadores da informação e do relato orçamental e financeiro das entidades públicas. Este conjunto de normas que fazem parte do novo normativo representa um novo modelo de normalização contabilística e implica grandes alterações na contabilidade pública.

Assim, o presente relatório descreve a atividade do Município de Vila Franca do Campo no ano de 2024, dando especial enfoque aos assuntos orçamentais, económicos e financeiros. É um imperativo legal resultante da alínea i) do n.º 1 do art.º 33 da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro:

*“Elaborar e aprovar a norma de controlo interno, bem como o inventário dos bens, direitos e obrigações patrimoniais do município e respetiva avaliação e ainda os **documentos de prestação de contas**, a submeter à apreciação e votação da assembleia municipal;”.*

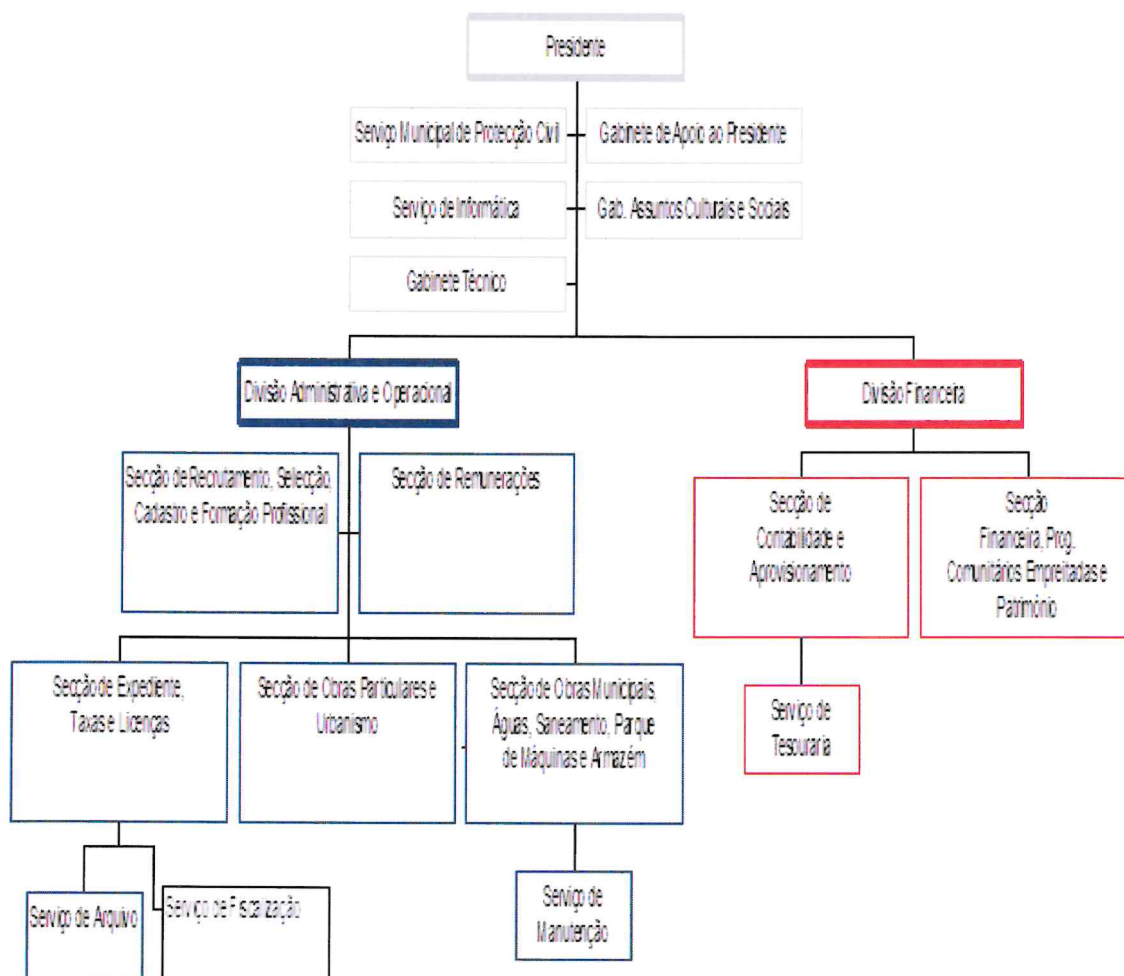
Todos os documentos de prestação de contas que serviram de base de cálculo para os valores que adiante são apresentados, seguem as regras do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), e visam o controlo político, jurisdicional e administrativo, pelas respetivas autoridades competentes:

- Assembleia Municipal
- Tribunal de Contas
- Órgãos de tutela da Administração Pública Regional



ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

ESTRUTURA POLÍTICA E ADMINISTRATIVA

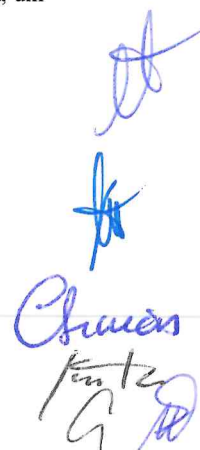


Depois das Eleições Autárquicas de 26 de setembro de 2021 o elenco camarário ficou com a seguinte composição:

- Presidente da Câmara a tempo inteiro
- Vice-Presidente a tempo inteiro
- 2 Vereadores a tempo inteiro
- 3 Vereadores sem termo.

Os vereadores a tempo inteiro foram eleitos pelo Partido Socialista e os vereadores sem termo eleitos pelo Partido Social Democrata

No Gabinete de Apoio à Presidência e a Vereadores continuam nomeados um Chefe de Gabinete, uma Secretária, um Secretário e um Adjunto.



RECURSOS HUMANOS

EFETIVOS

No ano de 2024, a autarquia dispôs de um efetivo de 95 trabalhadores, sendo todos na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, contra os 101 registados no ano 2023.

O decréscimo de seis efetivos na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado deveu-se à aposentação dos trabalhadores.

4

DISTRIBUIÇÃO POR CATEGORIA E SEXO

No ano de 2024, os recursos humanos da autarquia registaram a seguinte estrutura profissional em razão da categoria e do sexo:

Cargo/Categoria	N.º	Percentagem	M	F
Dirigentes	1	1,05%	1	0
Técnico Superior	11	11,58%	5	6
Técnico Superior - (Contrato de cedência de interesse público)	0	0%	0	0
Informática	4	4,21%	2	2
Adm. e Técnicos - Profissional	28	29,47%	8	20
Adm. e Técnicos - Profissional (Contrato de cedência de interesse público)	0	0%	0	0
Operários e auxiliares	51	53,69%	41	10
Op. e auxiliares - (Contrato de cedência de interesse público)	0	0%	0	0
TOTAL	95	100%	56	39

DISTRIBUIÇÃO POR ANTIGUIDADE

Considerando a antiguidade dos trabalhadores com vínculo laboral, a estrutura profissional da autarquia apresentou em 2024, a seguinte configuração:

Antiguidade	2022				2023				2024			
	M	F	Total	%	M	F	Total	%	M	F	Total	%
Até 5 anos	16	12	28	27%	6	1	7	7%	8	4	12	13%
5 - 9	0	7	7	7%	6	8	14	14%	9	8	17	17%
10 - 14	3	2	6	6%	4	3	7	7%	0	0	0	0%
15 - 19	7	4	11	10%	6	5	11	11%	6	6	12	13%
20 - 24	11	6	17	16%	13	9	22	22%	12	9	21	22%
25 - 29	6	0	6	6%	6	5	11	11%	6	3	9	10%
30 - 35	14	6	20	19%	7	2	9	9%	1	2	3	3%
>36	3	7	10	10%	10	10	20	20%	14	7	21	22%
TOTAL	105				101				95			

Handwritten signatures and initials in blue ink.

Análise às Grandes Opções do Plano

As Grandes Opções do Plano apresentam as linhas estratégicas orientadoras do programa político do executivo, e são compostas pelo Plano Plurianual de Investimentos (PPI) e as Atividades Mais Relevantes (AMR).

PPI – Plano Plurianual de Investimentos

5

Execução do Plano Plurianual Investimentos - 2024

Designação	Orçamento (Previsões corrigidas)	Realizado Total	Pago	Taxa de Realização	Taxa de Execução
1 - Funções Gerais	652 550,00	158 164,87	158 164,87	24,2%	24,2%
1.110 - Serviços Gerais da Adm. Pública	616 550,00	158 164,87	158 164,87	25,7%	25,7%
1.120 - Segurança e Ordem Pública	36 000,00	0,00	0,00	0,0%	0,0%
2 - Funções Sociais	5 192 400,00	2 460 155,07	2 459 927,57	47,4%	47,4%
2.232 - Ação Social	0,00	0,00	0,00	0,0%	0,0%
2.240 - Habitação e Serviços Coletivos	5 080 150,00	2 423 945,62	2 423 718,12	47,7%	47,7%
2.241 - Habitação	0,00	0,00	0,00	0,0%	0,0%
2.250 - Serviços Culturais, Recr. e Religiosos	112 250,00	36 209,45	36 209,45	32,3%	32,3%
3 - Funções Económicas	2 715 756,00	1 142 020,59	1 142 020,59	42,1%	42,1%
3.330 - Transportes e Comunicações	1 648 656,00	1 081 817,15	1 081 817,15	65,6%	65,6%
3.340 - Comércio e Turismo	97 100,00	41 281,43	41 281,43	42,5%	42,5%
3.350 - Outras Funções económicas	970 000,00	18 922,01	18 922,01	2,0%	2,0%
TOTAL	8 560 706,00	3 760 340,53	3 760 113,03	43,9%	43,9%

O Plano Plurianual de Investimentos tinha no final de 2023 uma dotação prevista corrigida de oito milhões, quinhentos e sessenta mil setecentos e seis euros e foram pagos três milhões, setecentos e sessenta mil, cento e treze euros e três centimos.

As taxas de realização e a de execução anual (2024) foram de 43,9%.

Execução das AMR - 2024

Designação	Orçamento (Previsões corrigidas)	Realizado	Pago	Taxa de Realização	Taxa de Execução
1 - Funções Gerais	1 321 000,00	1 245 761,86	1 244 213,11	94,3%	94,2%
1.110 - Serviços Gerais da Adm. Pública	1 256 000,00	1 182 233,49	1 180 684,74	94,1%	94,0%
1.120 - Segurança e Ordem Pública	65 000,00	63 528,37	63 528,37	97,7%	97,7%
2 - Funções Sociais	1 244 110,00	1 137 496,48	1 137 496,48	91,4%	91,4%
2.210 - Educação	53 000,00	50 816,00	50 816,00	95,9%	95,9%
2.232 - Ação Social	167 910,00	139 830,02	139 830,02	83,3%	83,3%
2.240 - Habitação e Serviços Coletivos	620 000,00	551 014,44	551 014,44	88,9%	88,9%
2.250 - Serviços Culturais, Recr. e Religiosos	403 200,00	395 836,02	395 836,02	98,2%	98,2%
3 - Funções Económicas	80 100,00	0,00	0,00	0,0%	0,0%
3.340 - Turismo	80 100,00	0,00	0,00	0,0%	0,0%
4 - Outras Funções	1 437 000,00	1 426 794,59	1 426 794,59	99,3%	99,3%
4.410 - Operações da Dívida Autárquica	1 437 000,00	1 426 794,59	1 426 794,59	99,3%	99,3%
TOTAL	4 082 210,00	3 810 052,93	3 808 504,18	93,3%	93,3%

Nas atividades mais relevantes verifica-se uma taxa de realização e de execução anual de 93,3%, onde os valores com as “Operações da Dívida Autárquica” se evidenciam.

Handwritten signatures and initials:
Chinas
14/12

Análise Orçamental

Receita

6

Evolução da receita (cobrada total) no quadriénio 2021-2024

Receitas	2021	2022	2023	2024	Var. em valor 2023 e 2024	Var. em % 2023/2024
01. Impostos Diretos	2 220 497,03	2 493 925,02	2 923 757,38	2 842 091,99	-81 665,39	-2,8%
IMI	1 389 143,22	1 439 137,78	1 377 368,90	1 352 307,02	-25 061,88	-1,8%
IUC	160 180,03	176 621,28	190 963,20	192 072,35	1 109,15	0,6%
IMT	606 727,21	694 652,50	1 230 414,71	1 105 861,91	-124 552,80	-10,1%
Derrama	64 445,57	183 513,46	125 010,57	191 850,71	66 840,14	53,5%
02. Impostos Indiretos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,0%
04. Taxas, Multas e O. Penalidades	471 902,58	519 987,98	544 112,90	665 464,39	121 351,49	22,3%
05. Rendimentos de Propriedade	0,00	8 068,56	2 513,35	6 707,04	4 193,69	0,0%
06. Transferências Correntes	5 258 943,94	5 659 803,61	5 446 441,26	6 424 670,12	978 228,86	18,0%
FEF	4 650 512,00	4 897 750,00	4 863 045,00	5 028 682,00	165 637,00	3,4%
FSM	275 777,00	276 408,00	282 503,00	359 550,00	77 047,00	27,3%
IRS	186 773,00	192 922,00	228 534,00	263 167,00	34 633,00	15,2%
Outras	145 881,94	292 723,61	72 359,26	773 271,12	700 911,86	968,7%
07. Venda de Bens e Serviços Correntes	1 140 877,93	1 419 984,05	1 626 286,40	1 712 101,84	85 815,44	5,3%
08. Outras receitas correntes	501,06	0,00	90,00	45,00	-45,00	0,0%
Total das Receitas Correntes	9 092 722,54	10 101 769,22	10 543 201,29	11 651 080,38	1 107 879,09	10,5%
09. Venda de Bens de Investimento	29 000,00	68 000,00	0,00	128 860,27	128 860,27	0,0%
10. Transferências de Capital	1 349 189,83	1 817 409,35	3 844 377,37	3 266 083,27	-578 294,10	-15,0%
FEF	516 723,00	508 168,00	540 338,00	558 742,00	18 404,00	3,4%
Outras	832 466,83	1 309 241,35	3 304 039,37	2 707 341,27	-596 698,10	-18,1%
11. Ativos Financeiros	161 000,00	6 625,09	0,00	0,00	0,00	0,0%
12. Passivos Financeiros	1 300 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,0%
13. Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,0%
Total das Receitas Capital	2 839 189,83	1 892 034,44	3 844 377,37	3 394 943,54	-449 433,83	-11,7%
15. Reposições não abatidas nos pagamentos	13 126,45	6 897,17	9 223,75	36 919,88	27 696,13	300,3%
Reposições Não Abatidas	13 126,45	6 897,17	9 223,75	36 919,88	27 696,13	300,3%
Total das Receitas Orçamentais	11 945 038,82	12 000 670,83	14 396 802,41	15 082 943,80	686 141,39	4,8%

A receita orçamental total apresenta um aumento relativamente a 2023 de seiscentos e oitenta e seis mil cento e quarenta e um euro e trinta e nove centimos o que corresponde a 4.8%.

Handwritten signatures and initials in blue ink.

Execução da receita 2024

Receitas	Previsões Corrigida	Receita Cobrada Líquida Total em 2024	Taxa de Execução	% no Total
01. Impostos Diretos	2 589 411,00	2 842 091,99	109,76%	18,8%
IMI	1 409 786,00	1 352 307,02	95,92%	9,0%
IUC	172 921,00	192 072,35	111,08%	1,3%
IMT	815 723,00	1 105 861,91	135,57%	7,3%
Derrama	190 981,00	191 850,71	100,46%	1,3%
02. Impostos Indiretos	0,00	0,00	0,00%	0,0%
04. Taxas, Multas e O. Penalidades	514 547,00	665 464,39	129,33%	4,4%
05. Rendimentos de Propriedade	502,00	6 707,04	1336,06%	0,0%
06. Transferências Correntes	6 546 342,00	6 424 670,12	98,14%	42,6%
FEF	5 028 682,00	5 028 682,00	100,00%	33,3%
FSM	359 550,00	359 550,00	100,00%	2,4%
IRS	263 167,00	236 167,00	89,74%	1,6%
Outras	894 943,00	800 271,12	89,42%	5,3%
07. Venda de Bens e Serviços Correntes	1 480 869,00	1 712 101,84	115,61%	11,4%
08. Outras Receitas Correntes	8,00	45,00	562,50%	0,0%
Total das Receitas Correntes	11 131 679,00	11 651 080,38	104,67%	77,2%
09. Venda de bens de investimento	43 000,00	128 860,27	299,68%	0,9%
10. Transferências de Capital	5 157 739,00	3 266 083,27	63,32%	21,7%
FEF	558 742,00	558 742,00	100,00%	3,7%
Outras	4 598 997,00	2 707 341,27	58,87%	17,9%
11. Ativos Financeiros	0,00	0,00	0,00%	0,0%
12. Passivos Financeiros	0,00	0,00	0,00%	0,0%
13. Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00%	0,0%
Total das Receitas Capital	5 200 739,00	3 394 943,54	65,28%	22,5%
15. Reposições não abatidas nos pagamentos	1 000,00	36 919,88	3691,99%	0,2%
Reposições Não Abatidas	1 000,00	36 919,88	3691,99%	0,2%
Total das Receitas Orçamentais	16 333 418,00	15 082 943,80	92,34%	100,0%

A execução da receita líquida total apresenta uma taxa de 92,34%, registando-se nas receitas correntes 104,67% e nas receitas de capital 65,28%.

As receitas próprias¹ representam cerca de 35,75% do total das receitas.

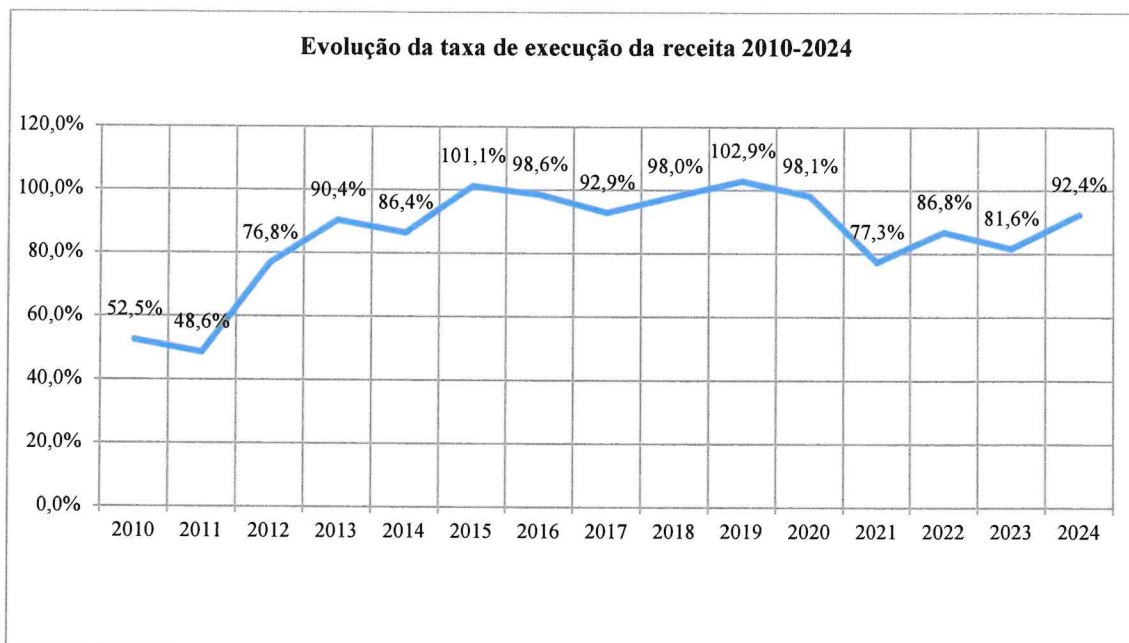
O maior contributo para o total das receitas próprias foi dado pela receita do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) representando 25,08% do total destas.

¹ Receitas Próprias = Total da Receita – Transferências correntes – Transferências de capital – Passivos financeiros

[Handwritten signatures and initials in blue ink]



O gráfico apresenta a comparação entre a receita prevista corrigida e a respetiva execução. Como se pode verificar, no ano de 2024 existe um desfasamento entre o previsto e o executado. Em 2024 a receita efetiva foi inferior à prevista.



Despesa

Evolução da despesa (paga total) no quadriénio 2021-2024

Despesa	2021	2022	2023	2024	Var. em valor 2023-2024	Var. em % 2023-2024
01.Despesa com Pessoal	2 816 799,00	2 829 601,03	3 076 925,03	3 135 991,05	59 066,02	1,9%
01.01.Remun. Certas e Permanentes	1 977 295,63	2 033 407,82	2 230 282,98	2 320 136,48	89 853,50	4,0%
01.02.Abonos Variáveis e Eventuais	122 053,01	150 826,80	141 113,98	181 811,65	40 697,67	28,8%
01.03.Segurança Social	717 450,36	645 366,41	705 528,07	634 042,92	-71 485,15	-10,1%
02. Aquisição de Bens e Serviços Correntes	4 224 610,79	3 645 649,82	3 857 153,07	4 266 939,79	409 786,72	10,6%
02.01.Aquisição de Bens	428 695,25	525 207,85	495 986,02	503 868,28	7 882,26	1,6%
02.02.Aquisição de Serviços	3 795 915,54	3 120 441,97	3 361 167,05	3 763 071,51	401 904,46	12,0%
03. Juros e Outros Encargos	580 050,05	575 682,03	552 664,71	289 426,75	-263 237,96	-47,6%
04. Transferências Correntes	795 522,40	778 467,14	830 696,43	893 691,59	62 995,16	7,6%
05. Subsídios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,0%
06. Outras Despesas Correntes	19 258,11	41 636,96	125 096,45	55 043,38	-70 053,07	-56,0%
Total das Despesas Correntes	8 436 240,35	7 871 036,98	8 442 535,69	8 620 656,76	178 121,07	2,1%
07. Aquisição de Bens de Capital	1 731 845,85	4 366 444,58	5 091 291,76	3 760 113,03	-1 331 178,73	-26,1%
09. Ativos Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,0%
10. Passivos Financeiros	709 847,44	1 202 205,25	1 330 099,59	1 137 367,84	-192 731,75	-14,5%
Total das Despesas Capital	2 441 693,29	5 568 649,83	6 421 391,35	4 897 480,87	-1 523 910,48	-23,7%
Total das Despesas	10 877 933,64	13 439 686,81	14 863 927,04	13 518 137,63	-1 345 789,41	-9,1%

Em relação à despesa corrente, esta apresenta um aumento relativamente a 2023 de 2,1%, que em valor corresponde a cento e setenta e oito mil cento e vinte um euros e sete cêntimos. A maior variação foi registada na despesa corrente (Aquisição de Serviços).

Evolução da despesa paga com aquisição de serviços no quadriénio 2021-2024

Despesa	2021	2022	2023	2024	Var. em valor 2024-2023	Var. em % 2024-2023
020201 - Encargos das instalações	106 464,28	127 115,42	144 162,67	120 135,66	-24 027,01	-16,7%
020202 - Limpeza e Higiene	0,00	0,00	2 197,60	8 451,06	6 253,46	74,0%
020203 - Conservação de bens	75 543,79	63 423,27	61 646,70	116 841,39	55 194,69	89,5%
020204 - Locação de edifícios	445 692,38	442 187,59	424 782,21	427 496,32	2 714,11	0,6%
020205 - Locação de material de informática	8 126,03	8 847,17	12 130,69	11 197,56	-933,13	-7,7%
020208 - Locação de outros bens	1 873,65	1 903,56	2 086,61	2 164,56	77,95	3,7%
020209 - Comunicações	80 637,78	86 261,75	90 657,85	105 182,29	14 524,44	16,0%
020210 - Transportes	32 280,44	52 587,08	78 550,76	78 098,76	-452,00	-0,6%
020211 - Representação dos serviços	994,80	3 553,70	3 923,20	723,74	-3 199,46	-81,6%
020212 - Seguros	22 126,59	19 275,28	37 920,82	33 967,54	-3 953,28	-10,4%
020213 - Deslocações e estadas	2 929,80	25 115,97	27 765,75	23 891,74	-3 874,01	-14,0%
020214 - Est., pareceres e projetos e consultadoria	10 647,03	12 947,88	11 042,50	17 510,20	6 467,70	58,6%
020215 - Formação	766,80	910,00	419,00	2 931,96	2 512,96	599,8%
020217 - Publicidade	11 346,64	53 074,70	60 625,77	58 789,56	-1 836,21	-3,0%
020218 - Vigilância e segurança	64 987,49	159 908,92	123 027,60	196 416,48	73 388,88	59,7%
020219 - Assistência técnica	95 957,36	129 215,43	138 637,30	164 428,24	25 790,94	18,6%
020220 - Outros trabalhos especializados	757 697,23	948 644,48	787 337,08	855 461,81	68 124,73	8,7%
020224 - Encargos de cobrança de receita	67 562,55	70 290,34	81 849,04	78 168,64	-3 680,40	-4,5%
020225 - Outros serviços	2 010 280,90	915 179,43	1 272 403,90	1 458 615,25	186 211,35	14,6%
Total	3 795 915,54	3 120 441,97	3 361 167,05	3 760 472,76	399 305,71	11,9%

Comparando o total das despesas pagas da rubrica aquisição de serviços entre os vários anos e especificamente entre 2024 e 2023, constata-se que existe uma variação negativa, ou seja, um aumento da despesa paga em 11,9%. Das várias rubricas que compõem a aquisição de serviços a que mais contribuiu para este aumento foi a rubrica “020225 – Outros Serviços” com um aumento de 186 211,35€.

10

Execução da despesa - 2024

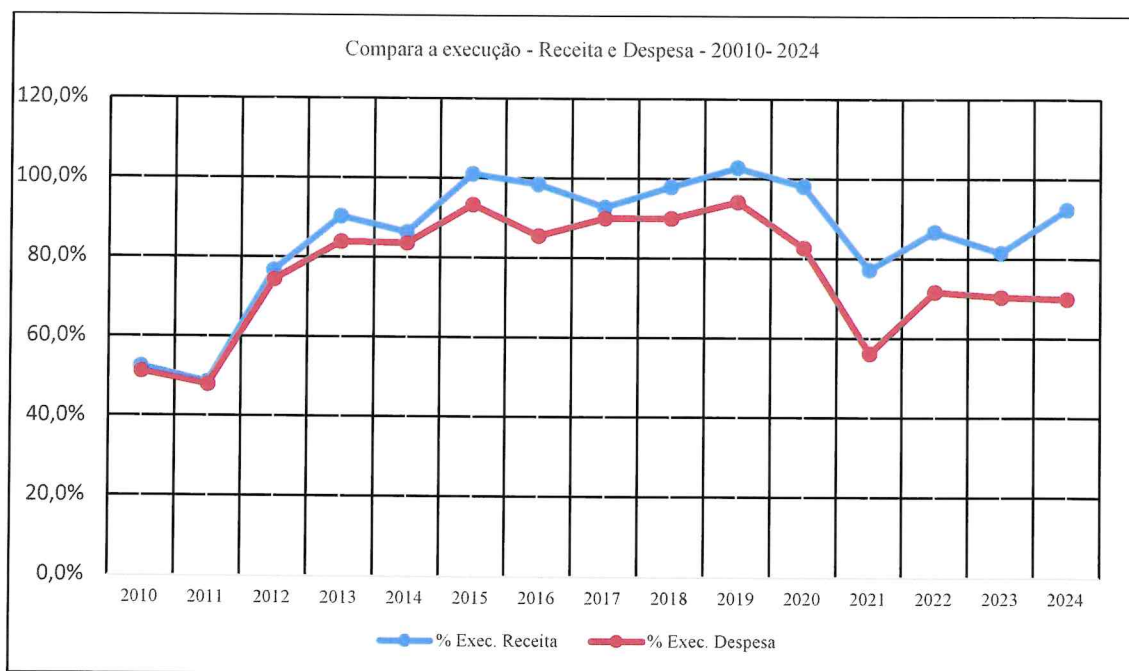
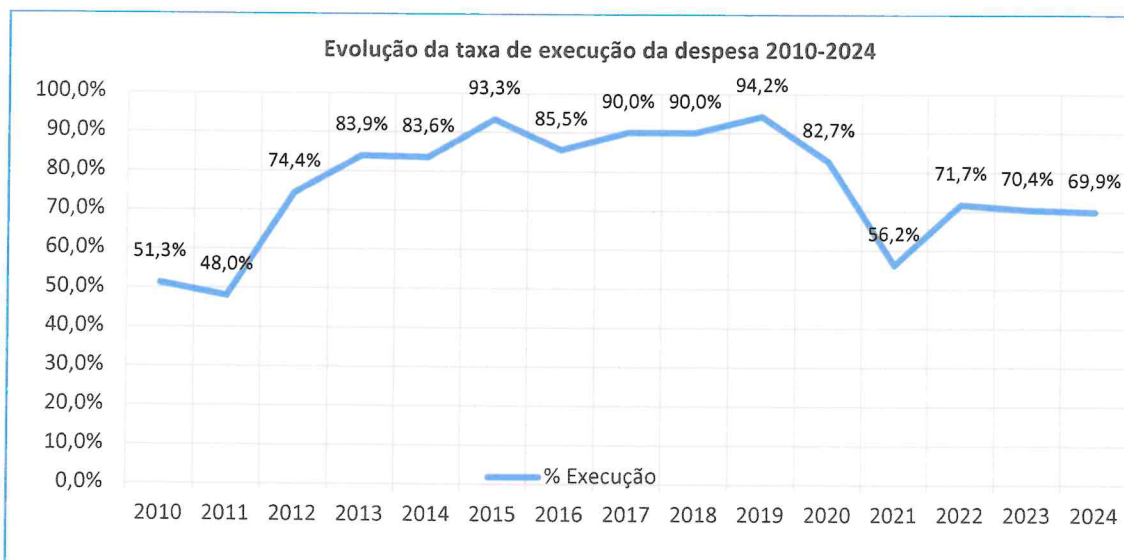
Despesa	Despesa Orçada (corrigida)	Despesa Comprom.	Obrigações	Despesa Paga	Tx. de Execução (Pg/Dot.)	% no Total
01.Despesa com Pessoal	3 355 552,00	3 170 409,69	3 135 991,05	3 118 495,69	92,9%	23,1%
01.01.Remunerações Certas e Permanentes	2 451 250,00	2 320 136,48	2 320 136,48	2 303 213,61	94,0%	17,0%
01.02.Abonos Variáveis e Eventuais	190 312,00	181 811,65	181 811,65	181 239,16	95,2%	1,3%
01.03.Segurança Social	713 990,00	668 461,56	634 042,92	634 042,92	88,8%	4,7%
02. Aquisição de Bens e Serviços Correntes	4 924 967,00	4 465 086,48	4 266 939,79	4 264 341,04	86,6%	31,5%
02.01.Aquisição de Bens	606 500,00	526 244,72	503 868,28	503 868,28	83,1%	3,7%
02.02.Aquisição de Serviços	4 318 467,00	3 938 841,76	3 763 071,51	3 760 472,76	87,1%	27,8%
03. Juros e Outros Encargos	299 000,00	289 426,75	289 426,75	289 426,75	96,8%	2,1%
04. Transferências Correntes	1 010 110,00	919 112,57	893 691,59	893 349,90	88,4%	6,6%
06. Outras Despesas Correntes	64 602,00	55 043,38	55 043,38	55 043,38	85,2%	0,4%
Total das Despesas Correntes	9 654 231,00	8 899 078,87	8 641 092,56	8 620 656,76	89,3%	63,8%
07. Aquisição de Bens de Capital	8 560 706,00	6 052 349,02	3 760 340,53	3 760 113,03	43,9%	27,8%
08.Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,0%	0,0%
09. Ativos Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,0%	0,0%
10. Passivos Financeiros	1 138 000,00	1 137 367,84	1 137 367,84	1 137 367,84	99,9%	8,4%
Total das Despesas Capital	9 698 706,00	7 189 716,86	4 897 708,37	4 897 480,87	50,5%	36,2%
Total das Despesas	19 352 937,00	16 088 795,73	13 538 800,93	13 518 137,63	69,9%	100,0%

A taxa de execução da despesa foi de 69,9%. As despesas correntes tiveram um peso relativo de 63,8% e as despesas de capital de 36,2% do total. As despesas com o pessoal e com a aquisição de bens e serviços representam mais do que 85,6% da despesa corrente. O serviço da dívida² foi cerca de 1,43 milhões de euros, representando 10,55% da despesa total paga.

Dos 1,43 milhões de euros do serviço da dívida, 1 137 367,84€ é passivo financeiro.

² Serviço da dívida = Passivos Financeiros + Juros e outros encargos

[Handwritten signatures and initials]



Resultado Orçamental

Handwritten signatures and initials in blue ink.

No quadro seguinte observa-se a receita total cobrada e a despesa total paga nos últimos quatro anos, bem como os respetivos saldos de gerência a incorporar no orçamento seguinte.

Resultado Orçamental

DESIGNAÇÃO	2021	2022	2023	2024
Receita corrente líquida cobrada	9 092 722,54	10 101 769,22	10 543 201,29	11 651 080,38
Despesa corrente paga	8 436 240,35	7 871 036,98	8 442 535,69	8 620 656,76
Saldo corrente	656 482,19	2 230 732,24	2 100 665,60	3 030 423,62
Receita capital líquida cobrada	2 839 189,83	1 892 034,44	3 844 377,37	3 394 943,54
Despesa capital paga	2 441 693,29	5 568 649,83	6 421 391,35	4 897 480,87
Saldo de capital	397 496,54	-3 676 615,39	-2 577 013,98	-1 053 103,50
Receita total cobrada líquida	11 931 912,37	11 993 803,66	14 396 802,41	15 082 943,80
Despesa total paga	10 877 933,64	13 439 686,81	14 863 927,04	13 518 137,63
Saldo orçamental para a gerência seguinte	4 925 660,13	3 486 644,00	3 019 519,51	4 584 325,68
Saldo orçamental da gerência anterior	3 858 554,94	4 925 660,13	3 486 644,00	3 019 519,51
Saldo do ano do orçamento	1 053 978,73	-1 445 883,15	-467 124,63	1 564 806,17

12

Equilíbrio Orçamental

O princípio do equilíbrio orçamental dispõe que as receitas correntes têm de ser pelo menos iguais às despesas correntes. No entanto, com a entrada em vigor da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro – Regime Financeiro das Autarquias Locais e Entidades Intermunicipais, foi introduzido uma inovação, mais restritiva, passando a consagrar que a receita corrente bruta cobrada deve ser pelo menos igual à despesa corrente acrescida das amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazo. A amortização média dos empréstimos de médio e longo prazo foi calculada com os valores em dívida em 1 de janeiro de 2014 dos respetivos empréstimos pelo número de anos remanescentes. Acresce a este valor o montante dos empréstimos novos pelo número de anos da sua contratação.

Deste modo, verificando a disposição legal, constata-se que esta foi cumprida³ pela observação direta do quadro.

Equilíbrio Orçamental 2024

		Dados do Exercício de 2024			
		Receita	Despesa	Saldo	Diferença
A - Receitas Correntes Brutas Cobrada		11 721 681,44			
B - Despesas Correntes Pagas - Ano			8 596 745,06		
C - Saldo Corrente ((A)-(B))				3 124 936,38	
D - Média dos Empréstimos de M/L Prazo a 01-01-2024			1 421 515,51		
E - Diferença ((C)-(D))					1 703 420,87
F - Posição em 2024					
Controlo do cumprimento da regra do equilíbrio	5% das receitas correntes cobradas brutas em 2024	586 084,07			

³ N.ºs 1, 2 e 3 do artigo 40.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro.

Handwritten signatures and initials:
[Signature]
[Signature]
[Signature]
[Signature]

Principais Indicadores Orçamentais

Apresenta-se no quadro seguinte a evolução dos principais indicadores orçamentais.

Evolução dos principais indicadores orçamentais

Indicadores Orçamentais de Estrutura		2024	2023
Da Receita			
Impostos diretos/Receitas correntes		24,4%	27,7%
Taxas, multas e outras penalidades/Receitas correntes		5,7%	5,2%
Transferências correntes/Receitas correntes		55,1%	51,7%
Transferências de capital/Receitas de capital		96,2%	100,0%
Passivos financeiros/Receitas de capital		0,0%	0,0%
Receitas correntes/Receitas Totais		77,4%	73,3%
Receitas de capital/Receitas totais		22,6%	26,7%
Da Despesa			
Pessoal/Despesa corrente		36,2%	36,4%
Aquisição de bens e serviços/Despesas correntes		49,5%	45,7%
Transferências correntes/Despesas correntes		10,4%	9,8%
Aquisição de bens de capital/Despesa de capital		76,8%	79,3%
Passivos financeiros/Despesas de capital		23,2%	20,7%
Despesas correntes/Despesas totais		63,8%	56,8%
Despesas de capital/Despesas totais		36,2%	43,2%
Cobertura das despesas pelas receitas		1,11	0,97
Receitas próprias (1)		5 355 270,53	5 096 760,03
Notas:			
(1) De acordo com o SNC-AP correspondem às receitas totais abatidas das transferências e dos passivos financeiros.			

Análise Económico-Financeira

Balanço

Evolução do Balanço - Ativo

Componentes do Ativo	2023		2024		Var. em valores	Var. em %
	Montante	% do total	Montante	% do total	2024-2023	(2024-2023) %
ATIVO NÃO CORRENTE	107 891 157,53	94,84%	108 656 432,41	90,82%	765 274,88	0,7%
Ativos fixos tangíveis	106 466 891,14	93,59%	107 051 693,35	89,48%	584 802,21	0,5%
Ativos intangíveis	262 043,76	0,23%	335 787,54	0,28%	73 743,78	28,1%
Participações financeiras	1 162 222,63	1,02%	1 268 951,52	1,06%	106 728,89	9,2%
Clientes, contribuintes e utentes	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,0%
ATIVO CORRENTE	5 865 891,77	5,16%	10 978 325,25	9,18%	5 112 433,48	87,2%
Inventários	20 232,70	0,02%	28 692,90	0,02%	8 460,20	41,8%
Deved. transf. e subs. não reembolsável	243 448,00	0,21%	3 732 975,33	3,12%	3 489 527,33	1433,4%
Clientes, contribuintes e utentes	267 422,68	0,24%	294 121,86	0,25%	26 699,18	10,0%
Estado e outros entes públicos	116 738,95	0,10%	64 429,00	0,05%	-52 309,95	-44,8%
Outras contas a receber	1 948 593,98	1,71%	2 005 525,18	1,68%	56 931,20	2,9%
Diferimentos	32 195,91	0,03%	27 630,93	0,02%	-4 564,98	-14,2%
Caixa e depósitos	3 237 259,55	2,85%	4 824 950,05	4,03%	1 587 690,50	49,0%
TOTAL DO ATIVO	113 757 049,30	100,00%	119 634 757,66	100,00%	5 877 708,36	5,2%

O total do ativo em 2024 ascende a 118,7 milhões de euros, dos quais 108,7 milhões são relativos ao ativo não corrente.

Evolução do Balanço - Património Líquido

Componentes do Património Líquido	2023		2024		Var. em valores	Var. em %
	Montante	% do total	Montante	% do total	2024-2023	(2024-2023) %
Património/Capital	75 792 578,95	92,1%	75 792 578,95	89,6%	0,00	0,0%
Reservas	206 291,22	0,3%	206 291,22	0,2%	0,00	0,0%
Resultados Transitados	-18 274 886,09	-22,2%	-18 369 146,93	-21,7%	-94 260,84	0,5%
Ajustamentos em ativos financeiros	0,00	0,0%	0,00	0,0%	0,00	0,0%
Outras variações no Património Líquido	24 700 953,09	30,0%	26 298 005,47	31,1%	1 597 052,38	6,5%
Resultado Líquido do período	-94 260,84	-0,1%	659 230,54	0,8%	753 491,38	-799,4%
TOTAL DO PATRIMÓNIO LÍQUIDO	82 330 676,33	100,0%	84 586 959,25	100,0%	2 256 282,92	2,7%

O património líquido em 2024 apresentam um montante de 84.6 milhões de euros.

Evolução do Balanço - Passivo

Componentes do Passivo	2023		2024		Var. em valores	Var. em %
	Montante	% do total	Montante	% do total	2024-2023	(2024-2023) %
PASSIVO NÃO CORRENTE	29 741 728,62	94,65%	28 602 983,17	81,6%	-1 138 745,45	-3,83%
Provisões	100 000,00	0,32%	100 000,00	0,3%	0,00	0,00%
Financiamentos obtidos	29 111 414,36	92,64%	27 974 046,52	79,8%	-1 137 367,84	-3,91%
Diferimentos	314 916,44	1,00%	290 096,52	0,8%	-24 819,92	0,00%
Outras contas a pagar	215 397,82	0,69%	238 840,13	0,7%	23 442,31	10,88%
PASSIVO CORRENTE	1 681 134,42	5,35%	6 444 815,24	18,4%	4 763 680,82	283,36%
Fornecedores	529,98	0,00%	233,53	0,0%	-296,45	-55,94%
Estado e outros entes públicos	20 741,07	0,07%	20 741,07	0,1%	0,00	0,00%
Financiamentos obtidos	1 141 013,00	3,63%	1 141 013,00	3,3%	0,00	0,00%
Fornecedores de investimentos	0,00	0,00%	0,00	0,0%	0,00	0,00%
Outras contas a pagar	490 573,76	1,56%	1 402 543,70	4,0%	911 969,94	185,90%
Diferimentos	28 276,61	0,09%	3 880 283,94	11,1%	3 852 007,33	0,00%
TOTAL DO PASSIVO	31 422 863,04	100,00%	35 047 798,41	100,0%	3 624 935,37	11,54%

O passivo total ascende a 35 milhões de euros.

Demonstração de Resultados por Natureza

O ano de 2024 apresenta um resultado líquido do período de 659 230,54€.

Evolução da Demonstração de Resultados por Natureza

RENDIMENTOS E GASTOS	2023	2024	Var. valor	Var. %
	Montante	Montante	24-23	(24-23)%
Impostos, contribuições e taxas	3 334 373,44	3 580 275,89	245 902,45	7,37%
Vendas	827 417,35	824 732,30	-2 685,05	-0,32%
Prestação de serviços e concessões	618 326,27	667 256,07	48 929,80	7,91%
Rend./Gastos imputados de ent.contr., associadas e empr. conj	149 137,33	106 728,89	-42 408,44	0,00%
Transferências e subsídios correntes obtidos	5 505 230,86	6 281 033,27	775 802,41	14,09%
Trabalhos para a própria entidade	0,00	0,00	0,00	0,00%
Custo da mercadoria vendida e das matérias consumidas	-152 953,04	-145 137,53	7 815,51	-5,11%
Fornecimentos e serviços externos	-3 832 264,41	-4 317 650,83	-485 386,42	12,67%
Gastos com o pessoal	-2 952 575,21	-2 957 036,11	-4 460,90	0,15%
Transferências e subsídios concedidos	-746 010,76	-848 909,07	-102 898,31	13,79%
Imparidades de dívidas a receber (perdas/reversões)	-30 258,59	11 557,97	41 816,56	-138,20%
Provisões (aumentos/reduções)	0,00	0,00	0,00	0,00%
Outros rendimentos	707 296,15	1 065 732,56	358 436,41	50,68%
Outros gastos	-107 275,22	-145 821,04	-38 545,82	35,93%
Resultados antes de depreciações e gastos de financiamento	3 320 444,17	4 122 762,37		
Gastos/reversões de depreciações e amortizações	-2 864 786,30	-3 180 802,68	-316 016,38	11,03%
Resultados operacionais (antes de gastos de financiamento)	455 657,87	941 959,69		
Juros e rendimentos similares obtidos	2 513,35	6 697,60	4 184,25	166,48%
Juros e gastos similares suportados	-552 432,06	-289 426,75	263 005,31	-47,61%
Resultados antes de impostos	-94 260,84	659 230,54		
Imposto sobre o rendimento	0,00	0,00		
Resultado líquido do período	-94 260,84	659 230,54		
Resultado líquido do período atribuível a:				
Detentores do capital da entidade-mãe				
Interesses que não controlam				
	-94 260,84	659 230,54		

Indicadores Económico-Financeiros

Os rácios demonstram as relações entre agrupamentos de contas e as próprias contas, balanço e demonstração dos resultados, quantificando fatos, detetando anomalias e fazendo comparações no tempo. Apresenta-se seguidamente os principais indicadores económico-financeiros.

Evolução dos indicadores económico-financeiros

16

Indicadores	Rácios	2024	2023
Autonomia Financeira	Património Líquido/Ativo	70,70%	72,37%
Solvabilidade	Património Líquido/Passivo	241,35%	261,98%
Liquidez Geral	Ativo Corrente/Passivo Corrente	170,34%	348,20%
Liquidez Reduzida	(Ativo Corrente-Inventário)/Passivo Corrente	169,90%	347,00%
Liquidez Imediata	Disponibilidades/Passivo Corrente	74,87%	192,16%
Rendimento do Património Líquido	Resultado Líquido/Património Líquido	0,78%	-0,11%

Endividamento Municipal

LIMITE DA DÍVIDA TOTAL Receita corrente cobrada líquida

Receita Corrente Líquida 2021	Receita Corrente Líquida 2022	Receita Corrente Líquida 2023	TOTAL	Média da receita corrente líquida
(1)	(2)	(3)	(4) = (1)+(2)+(3)	(5) = (4) / 3
9 092 723	10 101 769	10 543 201	29 737 693	9 912 564

Limite da dívida total para 2024 (1,5x média da receita corrente cobrada líquida dos últimos três anos) (art.º 52º da Lei n.º 73/2013)

Endividamento Municipal 2023 - 2024

Designação		31/12/2023	31/12/2024	Variação 2023/2024
Curto Prazo	Empréstimo de curto prazo(exigível)	1 141 013,00	1 141 013,00	0,0%
	Fornecedores c/corrente	529,98	233,53	-55,9%
	F. de imobilizado c/corrente	0,00	0,00	0,0%
	Estados e outros entes públicos	0,00	0,00	0,0%
	Outros credores	0,00	0,00	0,0%
	TOTAL	1 141 542,98	1 141 246,53	0,0%
M/L Prazo	Empréstimos Municipais	29 111 414,36	27 974 046,52	-3,9%
	TOTAL	29 111 414,36	27 974 046,52	-3,9%
	TOTAL GERAL	30 252 957,34	29 115 293,05	-3,8%

Limite da dívida total	14 868 847
------------------------	------------

Dívida em excesso	14 246 446,45
-------------------	---------------

O endividamento municipal no final de 2024 era de 29,1 milhões de euros, dos quais 1,1 milhões de euros é exigível a curto prazo e 27,9 milhões de euros exigíveis a médio e longo prazo.

A dívida total diminuiu 3,8% no exercício de 2024 relativamente a 2023.

Assim, o Município apresenta um excesso de dívida no montante de 14 246 446,45€ do qual foi retirada a dívida não orçamental e acrescida a contribuição das AM, SM, SEL e Entidades Participadas (ver o valor no ponto 7º do acompanhamento da PAM).

Contabilidade de Gestão

Em conformidade com o estabelecido no ponto 2.8.3 do POCAL, o Município de Vila Franca do Campo implementou o sistema de contabilidade de custos em 2009, agora contabilidade de gestão.

Os gastos de 2024 totalizam 11,9 milhões de euros, distribuídos pelos diversos centros de responsabilidade, verificando-se montantes mais significativos na “Secção Obras Municipais, Água, Saneamento, Parque de Máquinas” e no “Gabinete de Assuntos Culturais e Sociais”.

Refere-se que a diferença existente entre o total dos gastos dos vários Centros de Responsabilidade (11 892 119,12€) e o total dos Gastos da Contabilidade Patrimonial (11 904 193,74€) é de 12 074,62€, sendo esta diferença resultante do método de cálculo das depreciações e amortizações em ambos os módulos e de desvios causados pelo cálculo hora da mão -de-obra e das máquinas e viaturas.

17

Gastos e Rendimentos por Centro de Responsabilidades

Centro de responsabilidade	Valor do gasto (6)	Valor do rendimento (7)	% no TOTAL dos Gastos
Assembleia Municipal	124 204,74	0,00	1,0%
Câmara Municipal	1 703 500,50	10 613 417,09	14,3%
Serviços de Proteção Civil	13 475,83	0,00	0,1%
Gabinete de Apoio ao Presidente	223 291,33	0,00	1,9%
Serviços de Informática	282 699,67	0,00	2,4%
Gabinete de Assuntos Culturais e Sociais	3 212 988,71	182,16	27,0%
Gabinete Técnico	249 736,11	0,00	2,1%
Divisão Administrativa e Operacional	22 975,64	0,00	0,2%
Secção Recrutamento, Seleção, Cadastro e Formação	54 438,47	0,00	0,5%
Secção de Remunerações	31 281,14	0,00	0,3%
Secção de Expediente, Taxas e Licenças	211 790,12	26 526,56	1,8%
Secção de Obras Particulares e Urbanismo	89 903,81	237 390,70	0,8%
Secção Obras Municipais, Água, Saneamento, Parque de Máquinas	4 607 527,53	1 670 537,69	38,7%
Divisão Financeira	52 588,01	15 370,08	0,4%
Secção da Contabilidade e Aprovisionamento	950 481,35	0,00	8,0%
Secção Financeira, Prog Comunitários e Empreitadas	61 236,16	0,00	0,5%
TOTAL	11 892 119,12	12 563 424,28	100,0%

Proposta de Aplicação de Resultados

Propõe-se que o resultado líquido do período no montante de 659 230,54€ seja transferido para resultado transitados.

Resultados Transitados	(conta 56)	100%	659 230,54
------------------------	------------	------	------------

Acontecimento após a data do balanço

À data de emissão das demonstrações financeiras não há qualquer informação que possa impactar as demonstrações financeiras. Todas as informações que possam afetar as demonstrações financeiras encontram-se divulgadas.

ACOMPANHAMENTO DO PROGRAMA DE AJUSTAMENTO MUNICIPAL

Sumário

1 - Receita

2 - Despesa

3 – Saldos Orçamentais

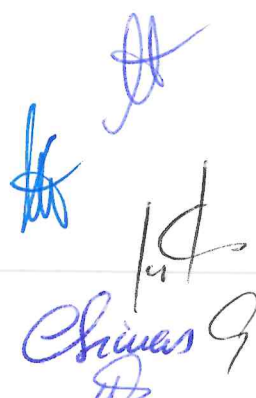
4 – Medidas de Reequilíbrio Orçamental

5 - Análise Anual da Execução do PAM

6 – Evolução do Quadro de Pessoal

7 – Stock e Sustentabilidade da Dívida

8 - Conclusão



ENQUADRAMENTO DO PAM – PROGRAMA DE AJUSTAMENTO MUNICIPAL

A Lei n.º 53/2014, de 25 de agosto, alterada pelas Leis n.º 69/2015, de 16 de julho e n.º 114/2017, de 29 de dezembro, veio aprovar o regime jurídico da recuperação financeira municipal e regulamentar o FAM – Fundo de Apoio Municipal.

No diploma legal supra identificado ficaram definidos os mecanismos administrativos e financeiros necessários à adoção de medidas que permitam aos Municípios atingir o limite de dívida total previsto no artigo 52º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro (RFALEI – Regime Financeiro das Autarquias Locais e Entidades Intermunicipais):

“A dívida total de operações orçamentais do município, incluindo a das entidades previstas no artigo 54.º, não pode ultrapassar, em 31 de dezembro de cada ano, 1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores”.

Assim, a Lei n.º 53/2014, de 25 de agosto, nomeadamente o seu artigo 6.º, veio definir que o FAM tem por objeto a recuperação financeira dos municípios que se encontrem em situação de rutura financeira, isto é, cuja dívida total seja superior a três vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores, bem como a prevenção de situações de rutura financeira.

De acordo com o artigo 24.º da Lei n.º 53/2014, de 25 de agosto, os Municípios que se encontrem em situação de rutura financeira são obrigados a recorrer ao Fundo de Apoio Municipal, apresentando para o efeito um Programa de Ajustamento Municipal.

O PROGRAMA DE AJUSTAMENTO MUNICIPAL DE VILA FRANCA DO CAMPO

Aquando da entrada em vigor do Regime Jurídico da Recuperação Municipal, o Município de Vila Franca do Campo ultrapassava o limite legalmente estabelecido, isto é, a sua dívida total (entenda-se Município e empresas municipais a internalizar) era superior em mais de três vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores, pelo que, tendo presente o Regime Jurídico das Autarquias Locais (artigo 61.º da Lei 73/2013, de 3 de dezembro) estava, tecnicamente, em rutura financeira.

Assim, verificados os pressupostos referidos anteriormente e à luz do artigo 24.º da Lei n.º 53/2014, de 25 de agosto, o Município de Vila Franca do Campo que já se encontrava em reequilíbrio financeiro e sem possibilidade de solver as dívidas das empresas municipais a internalizar, acedeu ao Fundo de Apoio Municipal (FAM) e, consequentemente, a apresentação de um Programa de Ajustamento Municipal (PAM).

Elaborado, reformulado e ajustado à situação, à necessidade e à possibilidade do Município de Vila Franca do Campo que, embora tecnicamente em rutura financeira, pudesse ser gerido.

Apresentada a proposta do Programa de Ajustamento Municipal à Direção Executiva do Fundo de Apoio Municipal e após alguns esclarecimentos prestados pelo Município, esta deliberou por unanimidade em sua reunião de 27 de setembro aprovar nos termos do parecer da Direção Executiva de 25/09/2019 e após audição da Comissão de Acompanhamento a proposta do PAM do Município de Vila Franca do Campo, com empréstimo de assistência financeira até ao montante de € 34.126.638,00 (trinta e quatro milhões cento e vinte e seis mil seiscientos e trinta e oito euros), pelo prazo de 25 anos e que se destinou ao pagamento:

- Da dívida financeira do Município (empréstimo reequilíbrio financeiro) até ao montante de € 19.331.002,80;
- Da dívida financeira das Empresas do SEL (capital, juros e outros encargos) no montante de € 13.230.311,03;
- Da dívida não financeira das Empresas do SEL (dívida corrente a fornecedores) no montante de € 1.565.324,17.



O contrato de empréstimo de assistência financeira celebrado entre o Fundo de Apoio Municipal e o Município de Vila Franca do Campo, foi visado pelo Tribunal de Contas, na sessão diária de visto da Secção Regional do Açores, de 05 de dezembro de 2019.

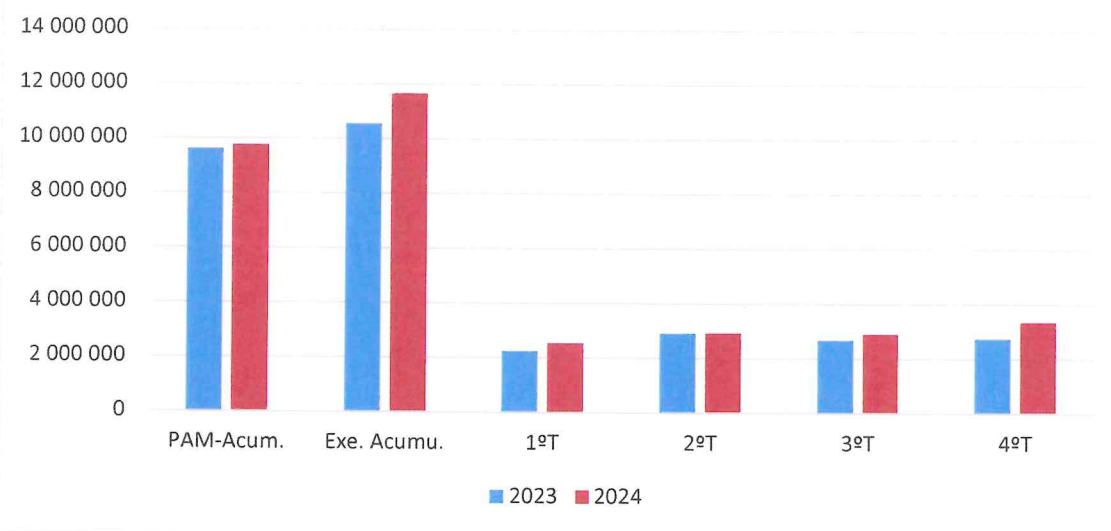
Posteriormente, o Município de Vila Franca do Campo apresentou ao Fundo de Apoio Municipal, em 23 de novembro de 2022, uma proposta de revisão ao contrato Programa de Ajustamento Municipal (PAM) ao abrigo do artigo 33º da LFAM, tendo por base as alterações estruturais ao nível económico nacional que afetaram a realidade das autarquias, associadas a alterações estruturais no Município, com reflexos ao nível da receita e da despesa.

O FAM aprovou, após pronúncia favorável da Comissão de Acompanhamento em 29 de dezembro de 2022, da proposta de revisão do PAM do Município de Vila Franca do Campo, nos termos e condições de parecer emitido ao abrigo do disposto na alínea c) do artigo 9º, na alínea a) do nº1 do artigo 11º e artigo 33º da LFAM.

No presente relatório são analisados os dados da execução orçamental relativos ao quarto trimestre do Município de Vila Franca do Campo, referente ao ano corrente, face às metas definidas no Plano de Ajustamento Financeiro do Município, nos termos do previsto no artigo 29º, n.ºs 1 a 3 da Lei n.º 53/2014, de 25 de agosto.

1 – Receita

Gráfico 1 : Receita - Monitorização



	PAM-Acum.	Exe. Acumu.	1ºT	2ºT	3ºT	4ºT
2023	9 605 789	10 543 201	2 238 660	2 901 924	2 668 969	2 733 648
2024	9 749 876	11 651 081	2 525 048	2 915 617	2 885 191	3 325 225

Do gráfico apresentado resulta que até ao presente trimestre a autarquia arrecadou um montante de receita corrente global (valores acumulados) de 11 651 081 euros, representando 119,5% da verba prevista em PAM.

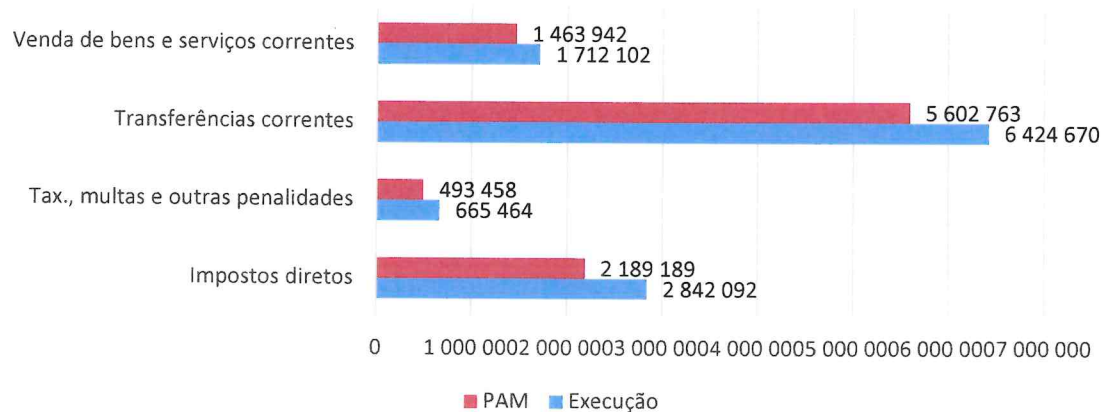
A receita cobrada pela autarquia neste trimestre corresponde a um aumento de 591 577euros (121.64%), face ao montante recebido no ano transato no mesmo trimestre.

Handwritten signatures and initials in blue ink.

De entre os capítulos relevantes para análise da receita poderemos ver a posição dos mesmos face aos limites previstos no PAM.

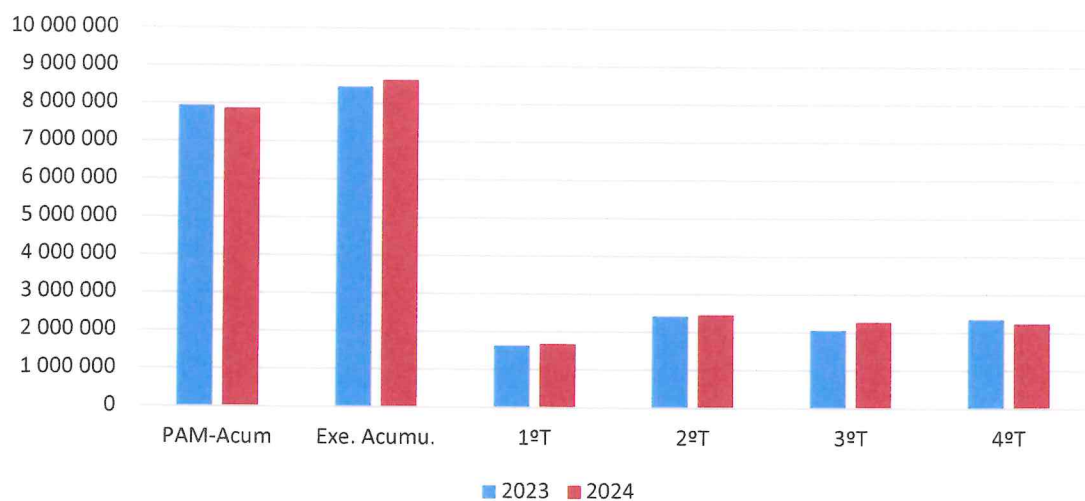
Gráfico 2 : Montante de receita cobrada face ao PAM

21



2 – Despesa

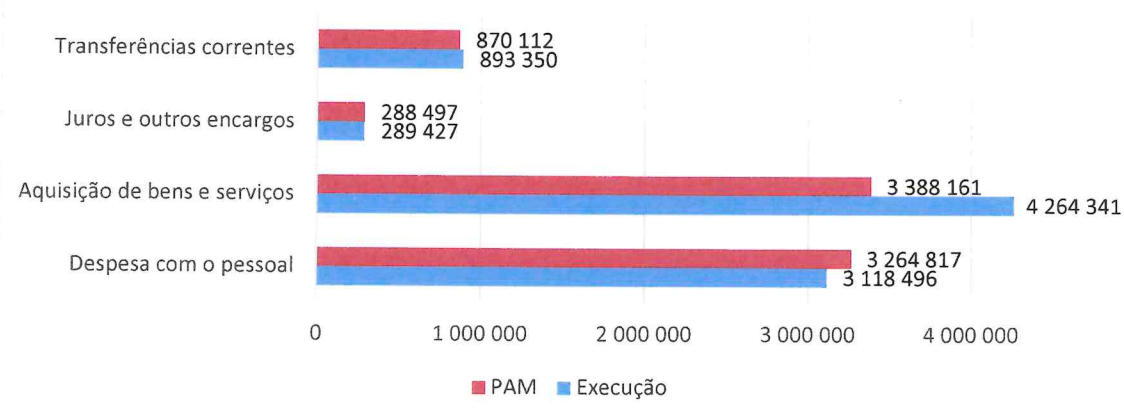
Gráfico 3 : Despesa - Monitorização



	PAM-Acum	Exe. Acumu.	1ºT	2ºT	3ºT	4ºT
2023	7 936 432	8 442 536	1 630 764	2 412 463	2 049 801	2 349 508
2024	7 857 388	8 620 657	1 675 228	2 446 798	2 265 412	2 233 219

Do gráfico acima constata-se que no presente trimestre (valores acumulados) a despesa corrente executada e paga pelo Município correspondeu a um montante de 8 620 657 euros, correspondendo a 109,71% face ao valor previsto no PAM. Em relação ao trimestre homólogo do ano anterior constata-se que existiu um decréscimo da despesa em cerca de 116 289 euros.

Gráfico 4: Montante da despesa paga face ao PAM

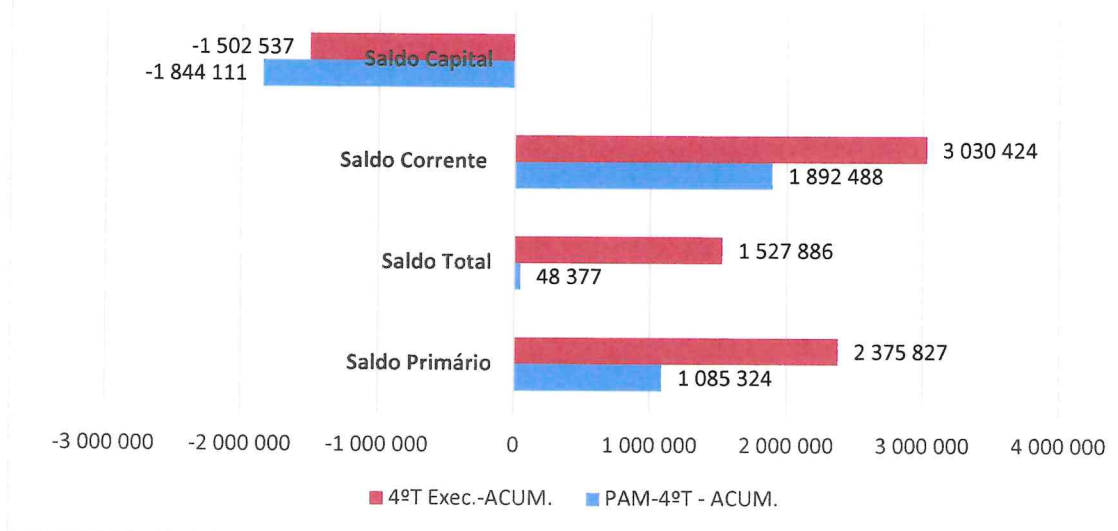


No que concerne às principais rubricas da despesa podemos verificar no gráfico acima apresentado que os valores estão acima dos limites previstos no PAM, no entanto, também existem valores abaixo dos limites previstos no PAM.

3 – Saldo orçamental

O gráfico 5 apresenta a comparação do saldo orçamental primário, total, corrente e de capital apurado com base nos dados da execução com os saldos previstos em PAM.

Gráfico 5: Saldos orçamentais acumulados



23

4 – Medidas de reequilíbrio orçamental

Não existem medidas específicas de reequilíbrio orçamental (receita e ou despesa) previstas para o período em causa, de acordo com o PAM aprovado, foram cumpridas dentro do possível.

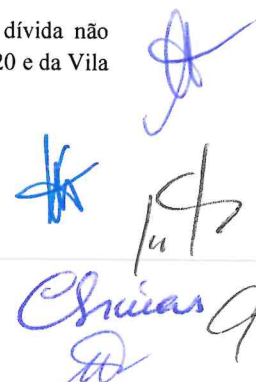
5 – Assistência financeira

No período abrangido pelo presente trimestre não foi desembolsado pelo Fundo de Apoio Municipal qualquer montante relativo ao contrato de assistência financeira.

O montante total de assistência financeira desembolsado pelo FAM foi de 33.138.514,85 euros.

O Município recebeu por 4 tranches, até 31 de dezembro de 2021, o montante global de 33.138.514,85 €, da seguinte forma:

- 1ª tranche recebida em dezembro de 2019, no montante de 19.231.372,00€, liquidou a dívida de natureza financeira do Município ainda em dezembro de 2019, no montante de 18.066.046,77€ (capital e juros)
- 2ª tranche recebida em janeiro de 2020, no montante de 11.607.142,85€, liquidou a dívida de natureza financeira do SEL (Setor Empresarial Local), em junho de 2020 e contabilizada em julho, no montante de 13.063.485,68€ (capital e juros);
- 3ª tranche recebida em junho de 2020, no montante de 1.000.000,00 €, para liquidar a dívida não financeira do SEL (Setor Empresarial Local) e que até 31 dezembro de 2020 já liquidara 331.096,46€ (fornecedores das empresas já internalizadas) e
- 4ª e última tranche recebida em março de 2021, no montante de 1.300.000,00€. Esta liquidou a dívida não financeira do SEL (Setor Empresarial Local) relativa aos fornecedores das empresas internalizadas em 2020 e da Vila Solidária, E.M. que foi internalizada no primeiro trimestre de 2021.



- Liquidamos o montante máximo contratado relativo à dívida de natureza não financeira do SEL (Setor Empresarial Local) no valor de 1.565.324,17€ e devolvemos sobre a forma de pagamento antecipado de capital os montantes de 443.658,23€ e 156 757,05€ este entregue em janeiro de 2023.

- Do total contratado 34.126.638,00€ foi utilizado 32.694.856,62€ (trinta e dois milhões seiscentos e noventa e quatro mil oitocentos e cinquenta e seis euros e sessenta e dois centimos) que foi amortizado a partir de janeiro de 2022 e por vinte e três anos.

6 – Evolução do Quadro de Pessoal

Relativamente à evolução do Quadro de Pessoal do Município de Vila Franca do Campo, no período compreendido entre 1 de janeiro a 31 de dezembro do corrente ano de 2024, há a registar a saída de seis colaboradores.

O número de colaboradores em 31 de dezembro passou a ser de noventa e cinco.

7 – Stock e Sustentabilidade da Dívida

O apuramento do stock e sustentabilidade da dívida do Município resulta da aplicação da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, lei esta que aprovou o Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais (RFALEI) e é apurado, verificado e comunicado à DGAL para efeitos de acompanhamento e controlo.

O limite da dívida total para o ano de 2024 é de 14.868.846€.

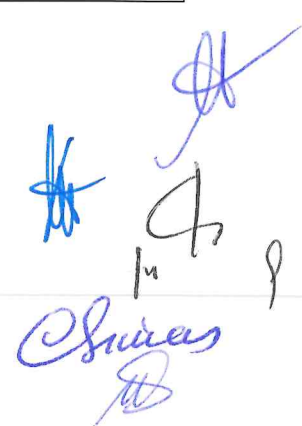
LIMITE DA DÍVIDA TOTAL Receita corrente cobrada líquida

Receita Corrente Líquida 2021	Receita Corrente Líquida 2022	Receita Corrente Líquida 2023	TOTAL	Média da receita corrente líquida
(1)	(2)	(3)	(4) = (1)+(2)+(3)	(5) = (4) / 3
9 092 723	10 101 769	10 543 201	29 737 693	9 912 564

Limite da dívida total para 2024 (1,5* média da receita corrente cobrada líquida dos últimos três anos, art.º 52º da Lei n.º 73/2013)

Apurou-se que, a 31 de dezembro de 2024, o valor da dívida total de operações orçamentais do Município mais as das empresas que relevam para o efeito, é de 29 115 293,05€ (ver empresas). Corresponde o referido valor a 29 119 158,70€ de dívida bruta do Município sem as operações não orçamentais e contribuição para o FAM, acrescido da contribuição das SM/AM/SEL/Entidades Participadas que é de 3 865,65€.

Designação	Participação do Município	Contribuição para a Dívida Bruta Municipal
AMRAA – Associação de Municípios da Região Autónoma dos Açores	5,11	3 865,65€
ANMP – Associação Nacional de Municípios Portugueses		Não releva



O quadro seguinte analisa a dívida total face ao limite legalmente previsto.

Situação da Dívida Total prevista em 31 de dezembro de 2024		
Artigo 52.º e 54.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro – Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais		
	Designação	Valor
(1)	Média da receita corrente cobrada nos últimos 3 anos (2020, 2021 e 2022)	9 912 564€
(2) = (1) x 1,5	Limite da dívida total	14 868 847€
(3)	Dívida bruta do Município sem as operações não orçamentais e da contribuição para o FAM.	29 115 293,05€
(4)	Contribuição SM – AM – SEL – Entidades Participadas	3 865,65€
(5) = (3) + (4)	Total da dívida bruta	29 119 158,70€
(6) = (2) – (5), se (5) < (2)	Margem	0,00€
(7) = (5) – (2), se (5) > (2)	Montante em excesso	14 250 311,70€

Observado a quadro anterior verifica-se que o valor em dívida do Município a 31 de dezembro de 2024 foi de 29 119 158,70€ e o montante em excesso foi de 14 250 311,70€.

8 – Conclusão

A avaliação geral que o Município de Vila Franca do Campo faz em relação à situação e aos valores anuais é que na generalidade foram cumpridas as medidas contratualizadas e os valores de referência, dentro do possível, foram atingidos.

Tudo faremos para continuar a cumprir o contratualizado.